

Senado aposta na moralização

268

RENATA GIRALDI

Um Senado, onde os parlamentares trabalhem todos os dias de segunda-feira a sábado, com fiscalização rigorosa sobre os privilégios dos senadores e distante da imagem de inoperante e dispensável. Essas são algumas das propostas que podem entrar em vigor ainda este ano, transformando por completo o atual Senado. Elas estão sendo examinadas pela Comissão de Modernização, instalada semana passada, pelo presidente do Senado, José Sarney, com vistas a elaborar propostas de mudanças políticas, administrativas e regimentais, sob a coordenação do senador Renan Calheiros (PMDB/AL). Calheiros assumiu o posto com ares professorais e, hoje, entrega, pessoalmente, a cada um dos 80 senadores um questionário com 100 questões solicitando sugestões sobre a modernização da Casa.

A tentativa de modernização do Senado é antiga. Outras comissões foram instaladas na Casa com o mesmo intuito de atualizar o regimento interno, readequando-o às mudanças constitucionais e eliminar alguns vícios do Legislativo que denigrem a imagem dos políticos diante da população. Mas as comissões anteriores fracassaram. “Dessa vez vai ser diferente, porque existe disposição de todos para contribuir com o processo, independentemente de tendência política”, afirmou otimista o coordenador, Renan Calheiros. Embora saiba que mudar certos detalhes no Congresso não seja tão fácil quanto indica o nome da comissão.

Mudanças — Na ordem de prioridades no processo de atualização do Senado está nada mais do que alterar a rotina dos senadores. O Senado passaria a ter sessões de segunda-feira até o sábado, por três semanas consecutivas sendo que na

quarta, o parlamentar poderia deixar Brasília para visitar sua base.

“O parlamentar não pode mais conviver com o que se fala por aí a respeito do político, essa mudança é inadiável”, afirma Calheiros. Imprescindível ou não, o senador admite que esta deverá ser uma das discussões polêmicas entre os colegas. Mas não será a única. Na lista de modernização tem ainda a extinção do **Senadinho**, onde funciona a representação do Senado no Rio de Janeiro. Um edifício localizado no centro do Rio de Janeiro, onde trabalham cerca de 80 funcionários, com uma folha de pagamento superior a R\$ 100 mil, e, aparentemente, sem qualquer utilidade, segundo relatórios preliminares.

Depois de mexer na rotina dos parlamentares, extinguir o **Senadinho**, a Comissão poderá remanejar pessoal e reestruturar setores do Senado. “Há divisões aqui dentro que nunca funcionaram na prática, só existem no papel”, denuncia Calheiros. A Advocacia do Senado é um desses exemplos, criada por regimento interno, não existe na prática. “Se precisamos de um serviço, somos obrigados a contratar excepcionalmente”, disse.

Para identificar os pontos críticos da Casa, os quais o senador chama de “estrangulamentos e gargalos”, existe um grupo de assessores vinculados à comissão trabalhando em ritmo acelerado para elaborar uma radiografia completa. Com antecedência, Renan Calheiros já tem uma noção por onde começar a “consertar” o Senado, no entanto, para evitar resistências e entraves, ele não divulga o que deverá dar início ou concluir o processo, preferindo manter o sigilo. “A ordem e as necessidades de mudanças serão definidas pelos próprios senadores, como manda o regime democrático”, afirmou.

Acácio Pinheiro

para mudar imagem

Gerardo Magela

Segunda-feira, 13/3/95 • 3